

A MINERAÇÃO NA COMUNIDADE DE VARELA-NHIQUIM: AS DINÂMICAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOCULTURAIS E OS IMPACTOS AMBIENTAIS¹.

Allison Badila Mancabú

RESUMO

O presente artigo discute os impactos da atividade mineradora na comunidade de Varela-Nhiquim, com foco nas transformações socioculturais e nos impactos ambientais desencadeados pelo processo de exploração de recursos naturais. Tendo como referência a legislação ambiental do país e os relatórios de organizações não governamentais (ONGs), a pesquisa examina como a presença da mineração influencia a dinâmica social, cultural e econômica local, transformando as práticas tradicionais. As ONGs fornecem uma visão crítica dos desafios enfrentados pela população, como o aumento de conflitos de terra, degradação ambiental e mudanças nos modos de vida. A discussão revela ainda a tensão entre os interesses econômicos do Estado da Guiné-Bissau, das mineradoras e as necessidades da comunidade de Varela-Nhiquim, enfatizando a ausência de mecanismos de consulta e consentimento livre, prévio e informado. Esse estudo busca, portanto, contribuir para o entendimento dos efeitos da mineração sobre comunidades tradicionais e reforçar a importância de políticas de desenvolvimento sustentável que respeitem os direitos das populações locais.

Palavras-chave: Exploração mineral; Transformação sociocultural; Impactos ambientais, Desenvolvimento sustentável.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sob orientação do Prof. Dr. Lailson Ferreira da Silva.

INTRODUÇÃO

A mineração da areia pesada² na comunidade de Varela-Nhiquim, representou uma das atividades econômicas mais significativas em termos de investimento e impacto socioambiental nos últimos anos na Guiné-Bissau. As iniciativas governamentais e empresariais voltadas para o desenvolvimento local por meio da exploração dos recursos minerais, geraram expectativas de crescimento econômico, melhorias na infraestrutura e na qualidade de vida da população local (Jaló, 2015). No entanto, esses projetos também trazem à tona desafios complexos relacionados à degradação ambiental, ao deslocamento de comunidades tradicionais e às transformações socioculturais.

A região de Varela-Nhiquim, historicamente marcada por uma forte relação entre seus habitantes e o ambiente natural, enfrentou uma reconfiguração de seu espaço social e cultural. A chegada das mineradoras e a implementação de projetos de desenvolvimento promoveu mudanças profundas no modo de vida, nas relações sociais e nas práticas culturais das comunidades locais. Assim, torna-se imperativo discutir de forma crítica essas iniciativas, examinando não apenas seus impactos econômicos, mas também os efeitos socioculturais e ambientais que elas desencadeiam.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender as dinâmicas complexas que envolvem a exploração mineral em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Em Guiné-Bissau, um país com desafios significativos em termos de desenvolvimento sustentável, a exploração de recursos naturais, como a mineração, apresenta-se como uma oportunidade de geração de renda e atração de investimentos. Contudo, é essencial questionar como essas oportunidades são distribuídas e que preço a comunidade local paga em termos de degradação ambiental e perda de identidade cultural.

Além disso, este estudo busca preencher lacunas na literatura existente sobre os impactos socioculturais da mineração na Guiné-Bissau, oferecendo uma análise detalhada das percepções e resistências da comunidade de Varela-Nhiquim diante das transformações impostas pelos projetos de desenvolvimento. A pesquisa pretende contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas que considerem não apenas os aspectos econômicos, mas também os direitos humanos e a preservação do patrimônio cultural.

O objetivo central desse artigo, nesse sentido, é discutir o impacto da atividade

² Areias pesadas são depósitos de dunas paleo, praias ou rios enriquecidos em minerais de alta densidade, como ilmenita, zircão e rutilo. Os minerais pesados têm como característica principal densidade superior à densidade dos minerais de ganga.

mineradora na comunidade de Varela- Nhiquim, com foco nas transformações socioculturais e nos impactos ambientais desencadeados pelo processo de exploração de recursos naturais. Tendo como foco a legislação ambiental do país (CÓDIGO DE MINAS E MINERAIS, Lei nº 3/2014, de 29 de abril) e os relatórios de organizações não governamentais (ONGs)

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, buscando compreender as dinâmicas socioambientais da mineração na comunidade de Varela-Nhiquim, em Guiné-Bissau. Para tal, utilizamos como base principal a análise de relatórios produzidos por Organizações Não Governamentais (ONGs) Tiniguena, Ação para Desenvolvimento- AD e AOFASS, que atuam na região e complementados por revisões bibliográficas. Os relatórios das ONGs, aqui tratados como fontes secundárias, não são apenas descritos, mas problematizados. Reconhecemos que tais documentos, embora ricos em dados e análises, são produtos de instituições com agendas e interesses específicos.

Assim, é essencial questionar como essas organizações moldam suas narrativas em função de seus objetivos, sejam eles advocacia ambiental, pressão política ou captação de recursos internacionais. Essa problematização permite avaliar criticamente a validade, os vieses e as lacunas desses materiais. Além disso, ao analisar esses relatórios, buscamos cruzar suas informações com outros dados, como depoimentos da comunidade local e documentos oficiais. Esse esforço visa construir um panorama mais equilibrado, destacando tanto os pontos de convergência quanto às divergências entre as visões das ONGs, do Estado, das mineradoras e da própria comunidade.

Por fim, a análise busca revelar as dinâmicas de poder e os discursos subjacentes presentes nos relatórios, questionando como eles influenciam as percepções e decisões sobre os impactos da mineração em Varela-Nhiquim. Essa abordagem crítica permite que os relatórios não sejam vistos como verdades absolutas, mas como construções interpretativas que precisam ser inseridas no contexto mais amplo das relações sociopolíticas da região.

ÁREA DE ESTUDO

A Guiné-Bissau é um país que fica situado na costa oeste da África, limitada a oeste pelo Oceano Atlântico e ocupa uma área total de 36. 125 Km². Ao Norte faz fronteira com o Senegal, à Sul e a Leste com a Guiné - Conacri. O seu território é dividido em uma parte continental e outra insular, sendo que as últimas englobam uma cadeia de sete ilhas adjacentes, incluindo o arquipélago dos Bijagós. A superfície habitável é de apenas 24.800 km². Apesar de ser um país pequeno, com uma população de cerca de 2 155 686 milhões de pessoas, a Guiné-Bissau tem uma grande variedade de grupos étnicos, línguas e religiões.

(Siqueira; Cardoso, 2010).

Figura 1 - Mapa de Guiné-Bissau.



Fonte: <https://www.fontspace.com/category/world-map>, 2016

Segundo Tiniguena (2016), a comunidade de Varela fica situada na região de de Cacheu, localizada na região costeira da zona norte de Guiné-Bissau e na fronteira com a região sul do Senegal, abrange uma área de 3,5 km². A vila de Varela foi o centro da zona do projeto de prospecção e exploração das areias pesadas. A vila é habitada pelos felupes³, um dos grupos étnicos da Guiné-Bissau com forte conexão com a natureza, não apenas para obter alimentos para sobrevivência, mas também para realizar e cultivar seus antepassados. Devido ao baixo investimento público e apesar da diminuição das precipitações nos últimos anos e consequente infertilidade do solo devido aos impactos das mudanças climáticas, a agricultura local, continua sendo a principal atividade de subsistência, mas não satisfaz totalmente as necessidades das populações locais (Tiniguena, 2016).

No plano socioeconómico, a agricultura itinerante representa em conjunto com a exploração de palmares e da pesca artesanal os principais sectores de actividades económicas da população. Nenhuma das aldeias da área do projeto ultrapassa uma população de 1.000 habitantes onde a própria Aldeia de Varela tem menos de 1.500 habitantes. Esses são na sua maioria Felupes animistas⁴. Também há muçulmanos que são principalmente Fulas da Guiné-Conakry, Mandingas e pescadores senegaleses. A população nestas localidades é

³ Felupes recebem diferentes denominações dependendo da região habitada: os cadjamtai (são felupes da Guiné-Bissau, fixados a norte do rio Cacheu), os calupaco (são felupes também situados no território guineense na região de Susana- Varela) e os caciquenei constituídos pelos baiotes (fixados em Casamança, no Senegal).

⁴ O animismo é usado na antropologia da religião como um termo para o sistema de crenças de alguns povos indígenas, especialmente antes do desenvolvimento de religiões organizadas. Apesar de cada cultura ter suas próprias mitologias e rituais diferentes.

constituída principalmente de jovens e mulheres que muitas vezes não têm oportunidade de frequentar o ensino secundário e para eles é mais fácil emigrar para a sub-região em busca de trabalho (Tiniguena, 2016).

A organização social nessa área gira em torno do régulo⁵, que é cercado de representantes de “balobas²” que estão sob a sua tutela. Aparentemente, a dinâmica associativa é muito fraca nessas comunidades porque os raros embriões das associações identificadas são das mulheres. Não obstante, existe uma organização muito bem estruturada de filhos e amigos de Suzana e Varela, cujos membros da direção estão sediados em Bissau e que representam os interesses das comunidades locais (Tiniguena, 2016).

A produção de alimentos é dominada principalmente pela produção de arroz altamente diminuta. A pobreza é uma realidade nas comunidades onde a insuficiência dos alimentos constitui um grande problema. As reservas (culturas) são muitas vezes abundantes a partir do mês de março. O acesso a água e o tratamento de doenças é difícil para a maioria das pessoas dessas comunidades. As escolas existentes são insuficientes para atender a demanda local, obrigando crianças de certas aldeias a percorrerem vários quilômetros diariamente para chegar às suas escolas (Tiniguena, 2016).

Com a chegada das empresas mineradoras, havia uma expectativa de que a presença dessas grandes corporações traria prosperidade e melhoraria a qualidade de vida da comunidade local, por meio de empregos, infraestrutura e investimentos sociais. No entanto, o que se observou foi uma transformação da dinâmica da região que, longe de ser positiva, gerou uma série de impactos negativos, como a degradação ambiental, a mudança nos hábitos socioculturais e o aumento das desigualdades. A promessa de desenvolvimento foi obscurecida por uma realidade de exploração econômica e desajuste social. Esses efeitos, ainda pouco discutidos e analisados em sua totalidade, serão explorados mais adiante, quando abordaremos as consequências dessas mudanças e as alternativas possíveis para mitigar seus danos.

A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E AS EMPRESAS MINERADORAS

A relação entre Estado e empresas mineradoras é mediada por uma complexa interação de interesses econômicos, sociais, políticos e ambientais. Esse vínculo reflete disputas em torno do controle dos recursos naturais, da promoção do desenvolvimento econômico e da mitigação dos impactos socioambientais da mineração. A relação entre o Estado e as empresas mineradoras está profundamente enraizada nos interesses econômicos,

⁵ Líder de pequeno território ou de uma tribo.

políticos e sociais de um país, sendo frequentemente mediada por legislações específicas e por acordos de concessão mineral. Nos últimos anos (2020-2024), a literatura acadêmica tem se destacado como essa interação é moldada por interesses de desenvolvimento econômico, demandas por sustentabilidade e pressão da sociedade civil.

Desde o final do século XX, a globalização e as políticas neoliberais ampliaram o papel das empresas mineradoras como agentes econômicos relevantes em países ricos em recursos naturais. Estudos recentes apontam que a flexibilização das legislações ambientais e trabalhistas em favor dos interesses corporativos tem consolidado uma parceria assimétrica entre Estado e empresas mineradoras. Isso ocorre frequentemente sob o argumento de atrair investimentos estrangeiros e estimular a economia nacional (Bebbington et al., 2020).

O Estado desempenha um papel central na governança mineral, atuando como regulador, mediador e, em alguns casos, parceiro comercial. Segundo Hilson e Maconachie (2021), o Estado tem a responsabilidade de implementar estruturas legais e institucionais que garantam a exploração sustentável dos recursos minerais. Essas estruturas das empresas incluem a formulação de políticas públicas que alinhem os interesses econômicos das mineradoras com as metas de preservação ambiental e justiça social.

Além disso, estudos como os de Lahiri-Dutt (2022) argumentam que, em muitos contextos, os governos enfrentam desafios para equilibrar os incentivos para atrair investimentos estrangeiros no setor mineral e as necessidades das populações locais afetadas pelas operações extrativistas. A governança controlada resulta frequentemente em desigualdades socioeconômicas e conflitos sociais.

Essas mudanças políticas criam um cenário onde o Estado se posiciona como facilitador de interesses privados, muitas vezes em detrimento das comunidades locais e das exigências de justiça ambiental. Este contexto tem suscitado debates sobre a governança dos recursos naturais e a eficácia dos mecanismos de regulação.

A partir da década de 2020, a implementação de práticas de responsabilidade social corporativa (RSC) por mineradoras foi apresentada como estratégia para legitimar suas operações junto ao Estado e à sociedade. Estudos demonstram que, em muitos casos, as iniciativas de RSC são mais simbólicas do que efetivas, instaladas para mitigar resistências sociais sem transformar significativamente a relação entre a empresa, o Estado e as comunidades impactadas (Hilson & Maconachie, 2021). No entanto, há iniciativas promissórias que mostram como uma governança inclusiva, envolvendo todas as partes interessadas, podem fomentar resultados mais sustentáveis e equitativos.

A literatura recente destaca o papel do Estado como mediador entre as empresas

mineradoras e as comunidades afetadas. Essa mediação, contudo, varia em qualidade e efetividade dependendo do contexto político e econômico. Em democracias frágeis ou sistemas autoritários, o Estado frequentemente prioriza os interesses corporativos, relegando as preocupações comunitárias (Tetreault et al., 2022). Por outro lado, em países com políticas ambientais robustas, o Estado pode atuar como regulador eficiente, impondo limites claros à exploração mineral e promovendo políticas de redistribuição de renda e proteção ambiental.

A relação entre o Estado e as empresas mineradoras muitas vezes reflete conflitos de interesses, especialmente em países em desenvolvimento. Pesquisas recentes, como as de Campbell et al. (2023), mostram que a proximidade entre governos e mineradoras pode gerar corrupção, favorecimento político e negligência na proteção dos direitos das comunidades locais. Por outro lado, autores como Sikor et al. (2023) apontam que, quando bem regulamentada, essa relação pode trazer benefícios significativos, incluindo investimentos em infraestrutura e geração de emprego.

Um aspecto crucial dessa relação é o impacto das atividades mineradoras sobre as comunidades locais. Autores como Santos e Oliveira (2021) destacam que a mineração frequentemente gera deslocamentos populacionais, destruição de ecossistemas e prejuízos sociais, especialmente quando os acordos entre Estado e mineradoras não incluem medidas adequadas de mitigação de impactos.

A partir de 2020, houve um aumento da pressão global por práticas mais sustentáveis na mineração. Iniciativas como o Global Industry Standard on Tailings Management (2020) estabeleceram padrões que orientam tanto os Estados quanto às empresas mineradoras sobre a gestão de resíduos e a minimização de riscos ambientais. Segundo Fonseca e Rodrigues (2022), o papel do Estado é fundamental para incorporar essas normas nas disposições nacionais e garantir a sua implementação.

Ainda assim, há desafios consideráveis. Estudo de Martinez e Gómez (2023) evidencia que muitos Estados enfrentam dificuldades técnicas e financeiras para monitorar melhorias nas atividades das mineradoras, o que permite impactos ambientais e sociais.

Os autores críticos têm apontado para a necessidade de superar as narrativas dominantes que vinculam a mineração ao progresso imediato. Trabalhos recentes exploram as relações de poder subjacentes e as dinâmicas de dependência econômica criadas pela mineração em países em desenvolvimento (Bridge & Bradshaw, 2023). Eles argumentam que o Estado deve desempenhar um papel ativo na transformação dessas dinâmicas, promovendo alternativas econômicas e respeitando os direitos das populações locais.

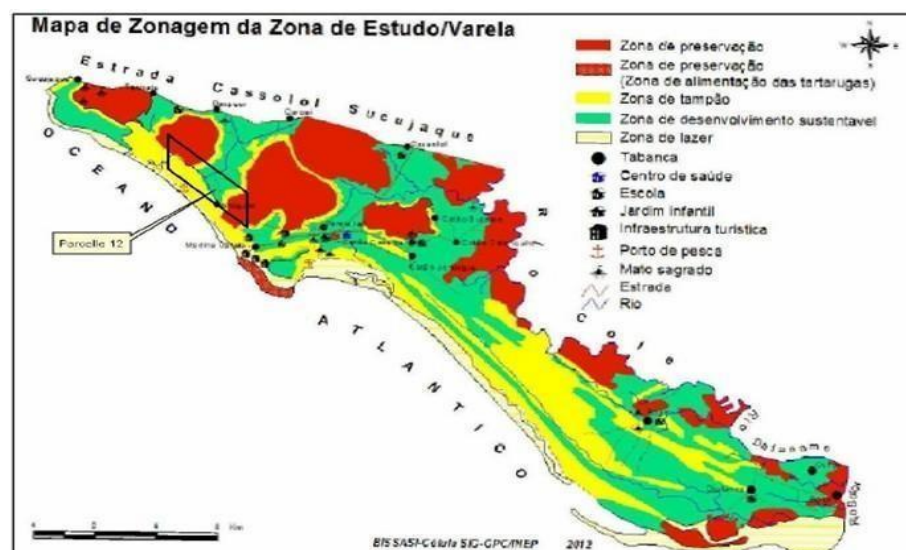
ACORDOS DE EXPLORAÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NA GUINÉ-BISSAU

De acordo com Banco Mundial (2023), Bissau é a capital do país, como também é a cidade mais importante e populosa, com 492.004 habitantes. O país depende bastante da exportação de castanha de caju, chegando a ser mais de 90% das exportações totais. Isso representa mais de 60% do PIB, gerando cerca de 17% das receitas para o Estado. O país tem “jazigos importantes da bauxita no Boé e de fosfatos em Farim” e há perspectivas benéficas quanto ao petróleo offshore e nos últimos anos são exploradas areias pesadas³ nas zonas de Varela pelo Estado em parceria com empresas estrangeiras (Banco mundial, 2023).

A exploração de recursos minerais tem sido um fator central no desenvolvimento econômico de diversas regiões ao redor do mundo. Em Guiné-Bissau, a vila de Varela foi o centro da zona do projeto de prospecção e exploração das areias pesadas. Outras aldeias também estão nessa área de influência do projeto. Sendo as aldeias mais próximas do local do projeto as de Nhiquim, Madina Varéla, Basseor e Tenhate, também localizadas respectivamente no sudoeste, no sul e no norte da parcela 12.

Os jazigos de areias pesadas de Varela são estimados em cerca de 86.000 toneladas. No entanto, é de salientar que Nhiquim se situa dentro do mesmo lote e, foi a parcela indicada para o início da exploração das areias pesadas de Varela, por ser a primeira, no conjunto das parcelas identificadas na zona (Tiniguena, 2016).

Figura 2: mapa da zona de Estudo de Varela.



Fonte: Tiniguena, 2016.

Em 2008 através de um acordo entre o Estado e a empresa chinesa West African Union, deu-se início a estudo de prospecção em todo o território da Guiné Bissau. Antes de concluir o estudo de prospecção e o estudo de impactos socioambientais, a empresa explorou 260 toneladas de areia sem licença, segundo informações publicadas pela Direção Geral de Minas e Geologia (DGMG). Nesse mesmo ano, o Estado assinou acordo de exploração com outra empresa russa TBS que já tinha licença de exploração, sem realizar os estudos sobre possíveis impactos.

No ano de 2010, o Estado rescindiu o acordo com a empresa West African Union, pois esta não cumpriu os requisitos da legislação ambiental da Guiné-Bissau. O contrato da exploração das areias pesadas de Varela-Nhiquim, foi assinado sem prestação de um concurso público, violando as regras previstas na lei de concurso público, na qual, o nº 2 do art. 1º e art. 3º da lei guineense (decreto nº 2/2012) de 6 de agosto, reserva o lançamento e condução do processo de adjudicação e a declaração do vencedor, apenas à Unidade Central das Compras Públicas do país. Essa norma de contrato público não foi cumprida, gerando revolta das organizações da sociedade civil e dos outros segmentos da sociedade guineense, indignados com a forma como o governo conduziu o processo de concessão (Aofass, 2022).

No âmbito do programa do desenvolvimento comunitário a Empresa Russa POTO SARL, previa gastar 40 milhões de Francos cfa, cerca de 100 mil dólares a favor da população. O valor serviria para as exigências legais contidas na Declaração de Conformidade Ambiental-DCA, para minimizar potenciais impactos negativos bem como maximizar os impactos positivos de projetos tais como, desenvolvimento local, emprego, formação profissional para jovens nativos, saúde local, reabilitação das infraestruturas de saúde, educação, rodoviário. Mas isso não se concretizou, a empresa cumpriu apenas 6 das 14 recomendações deixadas pela Célula de Apoio ao Impacto Ambiental (CAIA) que serviam de condições para o início da exploração (Aofass, 2022).

No ano de 2013 a empresa russa, POTO Sarl, assinou um acordo com o Estado e deu continuidade ao estudo de prospecção complementar que lhe permitiria realizar a exploração desde que cumprisse a implementação dos 14 programas identificados no Plano de Gestão Ambiental e Social. E, implementar as medidas de atenuação de impactos negativos, compensação e/ou indemnização e de acompanhamento previstas no plano.

Segundo a Aofass (2022), a declaração de conformidade ambiental (DCA) foi liberada em 2012, dando o direito da empresa de instalar-se e realizar suas atividades por um ano desde que cumprisse os 14 programas previstos pela CAIA e, implementar as medidas de atenuação de impactos negativos, compensação e/ou indemnização e de acompanhamentos

previstos no plano. A licença inicial expirou em 19/04/2014 e, a empresa não conseguiu renova-la, pois não cumpriu os requisitos impostas nesta DCA, relacionadas com as medidas de atenuação constantes no plano de gestão ambiental e social. Mesmo sem a liberação a empresa continuou realizando as atividades de exploração, chegando a exportar 500 toneladas de areias pesadas no de 2016, para além de tantas outras quantidades retidas em contentores pelas autoridades da Guiné-Bissau.

Com o resultado da análise apresentado no relatório da ONG Tiniguena (2016), se destaca alguns pontos relevantes, sobre a não transparência no processo de extração da areia em varela:

Temos que admitir que muitos empreendimentos foram erguidos neste País sem respeitar a Legislação Ambiental, e nem o Plano Diretor das Cidades, entre outros documentos orientadores. Mas, segundo os responsáveis do CAIA, não é porque não tenham sido avisados. Simplesmente, por motivos de força maior, muitos empreendedores não o têm feito (TINIGUENA, 2016).

Consta, porém, que, até a data da elaboração do presente relatório da Tiniguena (maio de 2016), a empresa já tem na sua posse a segunda Declaração de Conformidade Ambiental (DCA), as operações foram de novo suspensas devido a ação judicial a que a empresa foi alvo no mesmo ano de 2014, por incumprimento dos procedimentos legais exigido pela lei guineense. (Tiniguena, 2016).

No relatório da AOFASS produzido em 2024, o Estado voltou a renovar novos acordos com as empresas SAFME e GMG International para continuar os estudos de prospecção na zona 12 Varela-Nhiquim. A GMG internacional conseguiu uma licença no início de 2024 e foi instalada para iniciar estudos de prospecção e pesquisa nas áreas de Sukudjake e Djufungu. No meio de todas essas situações, a comunidade local, juntamente com a AOFASS, se manifestou contra o Estado da Guiné-Bissau e dos acordos mal feitos. Eles também protestaram contra o fato de o Estado não ter seguido os estudos de impacto ambiental realizados pela Autoridade de Avaliação de Impactos Ambientais-AAIA. Tiago Seidi afirma que Varela não está fora da lei da mineração do país, mas a empresa GMG Internacional apresentou 13 pontos no relatório durante a audiência pública realizada em janeiro de 2024, mas falou apenas de 3 - construir escolas, hospitais e melhorar a situação das estradas.

De acordo com o relatório da AOFASS na participação da audiência pública, realizada no dia 3 de fevereiro de 2024, entre o governo, a empresa GMG MINING Sarl e a AOFASS, onde fizeram presente todas as aldeias de Suzana-Varela. A comunidade por sua vez deixou

claro que não estão de acordo com a exploração, tendo em conta a situação deixada pelas MINERADORAS no processo passado.

O atual presidente da AOFASS Gestão Djeme afirmou que até o momento nenhum documento sobre os possíveis efeitos ambientais foi apresentado a eles. A GMG Internacional iniciou uma escavação em 2024, sem mesmo apresentar os relatórios exigidos pela Autoridade de Avaliação de Impactos Ambientais (AAIA). A população, descontente com a situação, exige a não exploração das areias pesadas em Varela, sem que os devidos documentos sobre os estudos de impacto ambiental fossem apresentados, bem como uma licença de exploração emitida pelo órgão responsável do governo central.

Figura-3: Manifestação da população de Suzana/Varela, contra a exploração da areia.



NÔ KA MISTI !

Fonte: AOFASS, 2024.

A direção da AOFASS acredita que a melhoria de um projeto de reabilitação de áreas degradadas pela mineração, pode melhorar significativamente a imagem negativa das mineradoras e do Estado em Varela-Nhiquim. Corrigir os danos ao meio ambiente, melhorar a aparência do local e a qualidade de vida da comunidade, permitir a participação das autoridades locais e a participação das Associações como representantes legais das comunidades no processo de extração de areias pesadas de Varela.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS E ALTERAÇÕES SOCIOCULTURAIS NA COMUNIDADE DE VARELA-NHIQUIM

As Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham um papel crucial no contexto da Guiné-Bissau, especialmente em áreas onde o Estado apresenta fragilidades institucionais na prestação de serviços públicos e na promoção do desenvolvimento

sustentável. Entre as ONGs atuantes, destacam-se Tiniguena e Ação para o Desenvolvimento, cujas abordagens, estratégias e objetivos refletem especificidades dimensões sociológicas de sua inserção no tecido social do país.

Tiniguena (Esta Terra é Nossa), fundada em 1991, a Tiniguena é uma organização local que tem como foco a promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das comunidades rurais. Sua atuação está intimamente relacionada à defesa da soberania alimentar, da biodiversidade e do empoderamento comunitário. A organização busca práticas articuladas tradicionais com inovação, promovendo a valorização cultural e a autonomia econômica das comunidades. Ao mesmo tempo, desempenha um papel de mediadora entre comunidades e atores externos, como o Estado e empresas privadas, ou que se coloca em uma posição delicada frente a potenciais conflitos de interesses.

Ação para o Desenvolvimento (AD), criada em 1991, a Ação para o Desenvolvimento tem como missão o combate à pobreza e a promoção de iniciativas de desenvolvimento comunitário sustentável. A organização trabalha em múltiplas frentes, incluindo educação, saúde, segurança alimentar e governança local.

A AD adota uma visão holística do desenvolvimento, buscando integrar questões socioeconômicas e ambientais. Sociologicamente, sua atuação pode ser vista como um esforço de articulação entre diferentes escalas de atuação: local, nacional e internacional. Esse posicionamento permite que a organização atue como um elo entre financiadores internacionais e comunidades locais.

A Associação Onenoral dos Filhos e Amigos da Secção de Suzana (AOFASS) é uma organização comunitária sediada na secção de Suzana, no sector de São Domingos, região de Cacheu, no norte da Guiné-Bissau. Fundada em 2010, com o objetivo de promover o desenvolvimento local e defender os interesses das comunidades de Suzana, a AOFASS tem desempenhado um papel ativo em diversas áreas sociais e ambientais.

A atuação da AOFASS é significativa para a comunidade de Suzana, pois promove o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a coesão social. Ao organizar conferências, participar de eventos nacionais e defender os interesses locais, a associação fortalece a voz da comunidade em questões cruciais para seu bem-estar e futuro.

Ambas as ONGs acima citadas, têm a característica de operar em um espaço onde o Estado apresenta limitações na provisão de bens públicos. Nesse contexto, elas assumem funções que vão além do assistencialismo, promovendo formas alternativas de organização social e econômica. Contudo, suas atuações não são isentas de críticas, especialmente no que tange à sua capacidade de equilibrar interesses locais com exigência de financiadores e

parceiros externos.

A comunidade de Varela-Nhiquim tem enfrentado transformações significativas em suas práticas culturais e estruturas sociais devido à presença da mineração. As atividades econômicas tradicionais, como a agricultura e a pesca, foram prejudicadas pela poluição e pela destruição dos ecossistemas locais, resultando na perda de identidade cultural e na fragmentação das relações comunitárias.

Os relatórios produzidos por ONGs Tiniguena, AD e AOFASS sobre o processo de exploração de areia pesada em Varela, trazem uma visão crítica e detalhada dos impactos socioambientais, econômicos e culturais causados por essa atividade. Recomendações claras em seus relatórios, como a necessidade de revisão dos contratos de mineração para garantir maior transparência e benefícios reais para as comunidades. Eles também recomendam o fortalecimento das legislações ambientais e a criação de mecanismos de monitoramento mais rigorosos, com a participação da sociedade civil e das comunidades.

Segundo relatório da Ong Ação para Desenvolvimento-AD (2018), desde de 2008 quando se deu início a exploração das areias em Varela-Nhiquim, as pessoas passaram a enfrentar vários obstáculos e restrições que impedem o crescimento da economia local. A falta de equipamentos para agricultura e pesca, bem como o acesso a algumas infraestruturas básicas, foram algumas das questões levantadas pelas pessoas dessas comunidades. Todavia, a legislação ambiental da Guiné- Bissau sob o decreto lei n.º1/2011, artigo 38.º, com vista a garantir a necessidade de participação das comunidades locais e a utilização adequada dos seus conhecimentos e capacidades humanas, o organismo pela área do ambiente deve promover a criação de um corpo dos agentes de inspeção comunitária e a participação efetiva das comunidades locais na definição das políticas e na gestão dos recursos naturais (Boletim oficial N°09, 2011).

Historicamente, a comunidade dependia de atividades tradicionais como a pesca, a agricultura de subsistência, o turismo e o artesanato. Com a chegada da mineradora, houve uma reconfiguração dessas atividades, muitas vezes resultando na marginalização das práticas culturais tradicionais em favor de empregos temporários oferecidos pela mineração. Esse deslocamento não só enfraqueceu as redes de solidariedade comunitária, mas também ameaçou a identidade cultural da comunidade, que se vê pressionada a adaptar-se a novas realidades econômicas (Tiniguena, 2016).

A introdução de uma economia baseada na mineração aumentou as desigualdades sociais. Os beneficiados economicamente da mineração passaram a ocupar uma posição de privilégio em relação aos que sofrem os impactos negativos. Tais desigualdades podem se

manifestar em conflitos internos, enfraquecendo a coesão social e aumentando a vulnerabilidade da comunidade (Tiniguena, 2016).

A remoção da areia, realizada com o uso de produtos químicos, poluiu a água do rio Willi, uma importante zona de cultivo de arroz e pesca que conecta várias aldeias. Essa contaminação representa uma das maiores preocupações para as comunidades locais, pois afeta diretamente as bolanhas, onde são realizadas tanto a plantação de arroz quanto a pesca artesanal, atividades essenciais para a subsistência dessas populações. Apesar do impacto crescente no meio ambiente, o Estado não tomou medidas para conter ou resolver a poluição, deixando os moradores sem garantias quanto à preservação da qualidade da água.

Outra preocupação é a falta de instalações escolares, hospitalares e ambulâncias para facilitar a evacuação dos pacientes. Além disso, as estradas de São Domingos, Suzana e Varela estão totalmente sem asfalto, o que piora durante as chuvas, impedindo o transporte e comércio das mercadorias locais para outras áreas. Produzir para vender em outros municípios tornou-se quase impossível, devido às más condições das estradas. Faz-se necessário medidas capazes de recuperar as áreas degradadas, cobrir as os buracos abertos para a retirada das areias e plantar de novo como forma de atenuar os impactos socioambientais (Aofass, 2024).

O isolamento é agravado pelo mau estado das estradas existentes. A erosão costeira, a salinização, acidificação de solos e a diminuição das terras aráveis são consequências evidentes dos impactos negativos das mudanças climáticas que assolam o país nos anos, porque a zona em questão está situada na zona costeira que é muito baixa em relação ao nível médio das águas do mar. Por isso, a perda de terras aráveis é evidente e vai agravando se as medidas adaptativas não forem tomadas urgentemente. Apesar do enorme potencial em termos dos recursos naturais da área (as areias pesadas, a pesca, a agricultura e o turismo), as pessoas enfrentam muitas limitações e os desafios que impedem a economia local de crescer. As restrições levantadas pelas pessoas dessas comunidades estão relacionadas com os vários sectores desde a falta dos equipamentos para a agricultura e pescas, bem como o acesso a algumas infra estruturas básicas (Tiniguena, 2016).

Nos últimos tempos, em consequência do agravamento do modo de relacionamento entre o projeto e os residentes descontentes, grande parte das possibilidades do diálogo está a ser condicionada pelas exigências do reconhecimento dessa associação como interlocutora incontornável entre os empresários, o poder administrativo local e as comunidades afectadas pela exploração das areias pesadas, no sentido do respeito dos seus pontos de vista em relação aos impactos da exploração sobre o destino e a vida dos habitantes locais.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

As considerações finais deste estudo apontam para a necessidade urgente de repensar o modelo de desenvolvimento em Varela-Nhiquim, adotando uma abordagem mais equilibrada e sustentável. Leff (2012), salienta que a sustentabilidade tornou-se, assim, um sonho impossível, uma vez que seu propósito contradiz a vontade do crescimento econômico impulsionado pelas forças do mercado e desencadeada pela potência tecnológica, como uma promessa da modernidade instituída na própria alma da racionalidade econômica.

A promoção de práticas de mineração responsáveis, o fortalecimento da governança participativa, e a valorização das tradições culturais e dos conhecimentos locais são passos essenciais para alcançar um desenvolvimento que respeite tanto o meio ambiente quanto as comunidades. A degradação ambiental causada pela mineração em Varela-Nhiquim é uma preocupação central que mitigação e restauração ambiental agrava esses problemas, colocando em risco não apenas o meio ambiente, mas também a subsistência das futuras gerações.

Segundo Leff (2012), os movimentos socioambientais não só reclamam a terra, mas um território, um espaço para ser restaurado, reconstruído desde às profundas raízes de suas identidades culturais, como o habitat onde possam desenvolver seu habitus, seus imaginários e suas práticas, para preservar o patrimônio biocultural, para imaginar reinventar seus mundos de vida sustentáveis.

A análise dos impactos da mineração em Varela-Nhiquim por meio dos relatórios produzidos pelas ONG's que atuaram e atuam nessa região, revela uma complexa teia de relações entre o desenvolvimento econômico, os impactos socioambientais e as dinâmicas socioculturais. A exploração de areia pesada na região destaca as tensões entre o progresso econômico e a preservação das identidades e recursos locais, e evidencia a necessidade de uma abordagem integrada que considere os direitos das comunidades, a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade social das empresas e do Estado. A promoção de alternativas sustentáveis e a ampliação da participação comunitária são essenciais para mitigar os impactos negativos e promover um desenvolvimento mais equitativo e justo para a comunidade de Varela-Nhiquim.

A retomada da exploração de areia pesada em 2024 trouxe novamente à tona uma série de questionamentos sobre os compromissos reforçados entre o Estado e a mineradora com a comunidade local. O impacto socioambiental dessa exploração não afetou apenas a estrutura ambiental da região, como também acarretou significativas transformações sociais e culturais.

As ONGs que atuam na região apresentaram críticas em relação ao cumprimento das promessas de mitigação de impactos, sublinhando os danos ao ecossistema e às práticas tradicionais de subsistência da comunidade. Segundo esses grupos, a mineração intensificou a manipulação ambiental e gerou insegurança econômica, comprometendo a qualidade de vida dos moradores e afetando a.

A percepção das ONGs sobre os danos inclui a perda da biodiversidade local, a contaminação do solo e da água, além da desvalorização de áreas agrícolas que antes eram essenciais para o sustento das famílias da comunidade. Elas destacam, ainda, a insuficiência das medidas de compensação e a falta de envolvimento significativo da população local nas decisões sobre a exploração. Essa crítica reforça a necessidade de uma nova abordagem no relacionamento entre o Estado, a mineradora e a comunidade, priorizando a sustentabilidade e a participação ativa da comunidade nos processos de consulta e tomada de decisão.

É crucial que o Estado, as empresas mineradoras e as ONGs trabalhem em conjunto para criar políticas e estratégias que não apenas minimizem os impactos negativos da mineração, mas que também promovam alternativas econômicas que sejam sustentáveis e inclusivas. A construção de um futuro mais justo e sustentável para Varela-Nhiquim depende de um compromisso coletivo com a justiça ambiental, a proteção dos direitos das comunidades e a preservação dos recursos naturais que sustentam a vida na região. Integrar as dimensões socioculturais, econômicas e ambientais na formulação de políticas e na tomada de decisões, garantindo que o desenvolvimento em Varela- Nhiquim seja verdadeiramente sustentável e equitativo.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO- AD, **Relatório do Programa de Apoio aos Agrupamentos do Norte**, São Domingos. 2022.
- ALMEIDA, J., & SILVA, R. **Parcerias Público-Privadas na Mineração: Oportunidades e Desafios**. Revista de Desenvolvimento Sustentável, 32(4), 45-62. 2023.
- AOFASS. **A visão da comunidade de Suzana-Varela**. Relatório sobre o projeto de exploração de areias pesadas na localidade de Nhiquim. 2024.
- BANCO MUNDIAL GUINÉ-BISSAU. **Aspectos gerais**, Bissau, 25 jun. 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- BOLONHA, Ludmila Melo da Costa. **O papel das mulheres no combate à insegurança alimentar: um estudo de caso na sociedade Felupe da Guiné-Bissau**. ISCTE - Instituto

Universitário de Lisboa, 2013.

BRIDGE, G., & BRADSHAW, M. **Geografia de Extração e a Política de Recursos Naturais**. *Progresso em Geografia Humana*, 47(4), 565–583. 2023.

CAMPBELL, B., HILSON, G., & Maconachie, R. **Dinâmica Estado-Empresa de Mineração: Implicações para Governança e Comunidades Locais**. *Indústrias Extrativas e Sociedade*, 10(2), 127-142. 2023.

DA SILVA, Welena. **Legislação fundamental de direito do ambiente e recursos naturais da Guiné-Bissau**. Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa. 2018.

FONSECA, L., & RODRIGUES, P. **Normas ambientais e regulamentação estadual na mineração: uma revisão crítica**. *Journal of Environmental Policy*, 28(3), 304-319. 2021.

FONTES DE MAPA DO MUNDO. **Mapa da Guiné-Bissau**, São Paulo, 20 set. 2016. Disponível em: <https://www.fontspace.com/category/world-map>. Acesso em: 16 jul. 2024.

HILSON, G., & MACONACHIE, R. **Responsabilidade Social Corporativa e Desenvolvimento no Setor de Mineração da África**. *Journal of Environment & Development*, 30(2), 123–140. 2021.

INDJAI, Vladimir. **Plano de Comunicação e Educação Ambiental para a Guiné-Bissau**. Faculdade de economia, Universidade do Porto, julho 2015.

LAHIRI-DUTT, K. **Mineração e Desenvolvimento: Gênero, Sustentabilidade e o Papel do Estado**. Routledge Studies em Desenvolvimento Sustentável. 2022

LITTLE, P. E. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política**. In: PECK, J. & Tickell, A. **Neoliberalizing Space**. Antipode, 34 (3). 2002.

MANCABÚ, Allison Badila. **Conflitos socioambientais na Guiné-Bissau: o caso da exploração da areia pesada em Varela (2008-2017)**. Instituto de humanidades curso de bacharelado em humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. Acarape, 2022.

MARTINEZ, A., & GÓMEZ, L. **Monitoramento de atividades de mineração: desafios para a regulamentação estadual**. *Ciência e política ambiental*, 115, 87-103. 2023.

SANTOS, M., & OLIVEIRA, F. **Mineração e Conflitos Sociais no Brasil: O Papel do Estado**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 18(2), 234-250. 2021.

SIKOR, T., et al. **Mineração para o desenvolvimento? Revisitando o papel dos Estados em economias ricas em recursos**. *Global Environmental Politics*, 23(1), 15-35. 2023.

SILVEIRA, Paula Galbiatti, **O papel do estado na proteção do meio ambiente: novos caminhos de interpretação da norma ambiental pelo supremo tribunal federal em busca da efetividade da constituição**. RJLB, Ano 1. 2015.

SIQUEIRA, Maria de Lurdes; CARDOSO, Augusto. **Saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização e conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau**, Universidade Federal da Bahia-UFBA. 2010.

TETREAULT, D., JENKINS, K., & REVETTE, A. **Mediando a extração: poder estatal, movimentos sociais e política de recursos naturais**. desenvolvimento mundial, 156, 105937. 2022.

TINIGUENA, ONG. **Diagnóstico da Situação Atual. da Gestão de Prospecção e Exploração dos Recursos Minerais na Guiné-Bissau**. Relatório do Inventário sobre o Estado da Produção Legislativa relativa à Gestão e Exploração dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau. 2016.